



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

Intervenção na Abertura do Ano Judicial – 2025

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EXCELÊNCIA

DISTINTOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA

DIGNÍSSIMO PROVEDOR DE JUSTIÇA

**SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E
RELIGIOSOS**

**ILUSTRE BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE
MOÇAMBIQUE**

SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

**CAROS COLEGAS DAS MAGISTRATURAS JUDICIAL, JUDICIAL
ADMINISTRATIVA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

EXCELÊNCIAS

SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADE DE MAPUTO

**SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE
MAPUTO**

DISTINTOS CONVIDADOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É com grande honra e sentido de responsabilidade que pela primeira vez, dirigimo-nos a este auditório da Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, na qualidade de Procurador-Geral da República.

Permitam-nos, Excelências, que, em nome de todos os magistrados, oficiais e assistentes de oficiais de justiça e dos funcionários das carreiras do regime geral do Ministério Público, transmita saudações especiais à Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que acaba de assumir responsabilidades na direcção máxima do nosso Estado e que tanto nos honra com a sua presença neste acto.

Queremos manifestar perante Vossa Excelência, Chefe de Estado e garante da Constituição¹, o compromisso com a justiça e a legalidade, e a nossa firmeza no exercício das nossas competências constitucionais e legais, mormente a protecção dos direitos fundamentais e a garantia do interesse público.

A presença nesta cerimónia de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, e dos titulares e/ou representantes dos demais órgãos de soberania constitui um sinal inequívoco da busca de convergência na construção e consolidação de um sistema de administração da justiça, que sirva os interesses da colectividade, e assente no respeito pelos direitos, liberdades e garantias individuais.

Permitam-nos, Excelências e distintos colegas, prestar a nossa solidariedade para com as vítimas e seus familiares afectadas pelos desastres climáticos, especificamente os ciclones *Chido* e *Dikeledi*, bem assim dos tumultos pós-processo eleitoral e do terrorismo que tem estado esporadicamente a assolar alguns distritos da Província de Cabo Delgado.

EXCELÊNCIAS,
DISTINTOS COLEGAS,

¹ N.º 2, do artigo 145 da Constituição da República.

A cerimónia de Abertura do Ano Judicial, que hoje decorre sob o lema “**50 Anos Construindo o Poder Judicial: Nova Era, Novos Desafios**”, constitui para nós um momento ímpar de profunda reflexão conjunta sobre o percurso do nosso sistema de justiça, seus desafios e visão para o futuro.

Efectivamente, desde a proclamação da independência nacional, o país vem construindo o seu poder judicial, partindo, como se sabe, de uma base inerente ao sistema colonial, e muitos são os desafios que este processo transformador enfrenta, consoante as próprias dinâmicas do nosso Estado e da sociedade moçambicana.

Passados 50 anos, é justo avaliarmos o que alcançamos, os constrangimentos e os desafios que ainda temos pela frente para que possamos afirmar que, **sim**, *atingimos os objectivos fundamentais do combate libertador que desencadeamos neste sector da justiça.*

Na nossa perspectiva, são inúmeras as conquistas alcançadas, desde logo a independência e a autonomia do poder judicial que foram reforçadas, consolidando o princípio da separação de poderes como pilar do Estado de Direito Democrático.

A modernização das infra-estruturas e a ampliação da rede das instituições judiciárias e de acesso à justiça são marcos importantes desta trajectória da evolução do nosso sistema judicial.

Hoje, podemos afirmar, sem rodeios, que temos um sistema de administração de justiça, constituído por Tribunais, Ministério Público, Advogados, Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Serviço Nacional de Investigação Criminal, Serviço Nacional Penitenciário, entre outros, cujos serviços são assegurados por cidadãos nacionais, na sua maioria formados por instituições de ensino superior e profissionalizantes nacionais, com as qualidades técnicas que o país oferece.

Apesar dos progressos, persistem desafios que exigem a nossa atenção e determinação. A morosidade processual, algumas limitações no acesso à justiça, a insuficiência de meios materiais e humanos e a necessidade de uma maior integridade no sistema, continuam a ser entraves à concretização plena da justiça.

O combate à corrupção, a sofisticação da criminalidade organizada, os desafios colocados pela era digital e a necessidade de garantir uma justiça célere, acessível e a confiança dos cidadãos no sistema judicial, exigem de nós uma resposta firme e eficaz.

O entendimento de que a justiça é fechada, recorre a termos e linguagem pouco comum; a existência de expedientes dilatórios, prazos alargados e a inacessibilidade dos magistrados, desafiam-nos à tomada de uma nova postura.

Há que garantir a abertura dos serviços para afastarmos qualquer ideia de opacidade na administração da justiça, tornando os magistrados mais acessíveis aos cidadãos.

A justiça deve ser mais acessível, mais transparente, menos burocratizada e eficiente.

Devemos apostar na digitalização dos processos, no reforço da ética e da deontologia profissional e na formação contínua dos nossos magistrados e operadores do direito.

A confiança dos cidadãos no sistema judicial depende da nossa capacidade de agir com integridade, imparcialidade e eficácia. Assim, urge reflectirmos sobre o nosso papel e o legado que queremos construir para as futuras gerações.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Ao longo destes anos, temos estado a convergir na ideia da reforma do Direito e da justiça, pelo que alinhamos com o entendimento da necessidade da revisão profunda da Constituição da República, dos códigos, da legislação eleitoral e da transformação do Conselho Constitucional em Tribunal Constitucional e a criação de um Tribunal de Contas, de modo a que reflectam a realidade sócio-económica e cultural do país.

Os acontecimentos recentemente vividos desafiam-nos a acelerar a reforma da legislação eleitoral, avançando para a adopção de um verdadeiro código eleitoral, que garanta a unicidade, sistematização e estabilidade, não só relativamente às normas, como também às instituições do sistema eleitoral.

Não podemos permitir que em todos os pleitos eleitorais passemos por convulsões sociais que muitas vezes resvalam para comportamentos que configuram crimes, com consequências graves para a vida dos cidadãos e para a consolidação da nossa democracia.

Como nação e sociedade, tudo devemos fazer para que o respeito pela dignidade da vida humana e das instituições prevaleça. Não se pode corrigir uma injustiça recorrendo a outra injustiça!

Enquanto Ministério Público, em observância aos princípios que regem a nossa actuação, continuaremos a desenvolver acções, com vista à responsabilização criminal, civil, e outras que couberem, a todos quanto directa ou indirectamente, pelas diversas formas de participação criminal, têm estado a infringir a lei. Pelo que, julgamos oportuno partilhar que, decorrente das manifestações violentas que vivemos foram instaurados, até ao momento, em todo o país 651 processos, entre criminais e cíveis.

Queremos assegurar que todas as situações que resultaram em mortes, ofensas corporais ou destruição de património público ou privado, decorrentes das manifestações violentas, merecem e merecerão da nossa parte, o devido tratamento com o desencadeamento dos competentes

procedimentos, com vista a identificar os autores, determinar as circunstâncias, e outros elementos que conduzam à efectiva responsabilização.

Com o mesmo propósito, na sequência das evasões em alguns estabelecimentos penitenciários e que resultaram na morte de alguns reclusos, foram até então, instaurados 8 processos de investigação, que ainda correm seus termos.

Senhor Presidente da República

Excelência

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O ideal de justiça prevalece, mas com maiores exigências, sobretudo, para quem deve garantir a sua realização. Por isso, um dos grandes desafios é a garantia da integridade no seio do judiciário, tarefa para qual todos somos chamados a contribuir.

Devemos aprimorar as estratégias de prevenção e combate à corrupção, assegurando a celeridade das investigações, promovendo a realização de julgamentos em tempo oportuno e a recuperação de activos, dentro e fora do país.

No nosso seio, temos consciência do envolvimento de alguns colegas em práticas corruptas. Paralelamente, às acções de responsabilização criminal e disciplinar, temos estado a apostar no reforço dos aspectos ético-deontológicos, através da aprovação e implementação de códigos de conduta,

como uma das estratégias que reforça os princípios de integridade e moralidade dos servidores públicos.

Devemos, igualmente, aprimorar os critérios de selecção dos candidatos a magistrado, oficiais de justiça e assistentes de oficiais de justiça, com primazia em princípios éticos, sublimação das competências técnicas, entre outros valores.

Com efeito, estamos apostados na criação de uma Escola do Ministério Público, para se ocupar exclusivamente na formação e capacitação dos seus quadros e do seu órgão auxiliar (SERNIC), orientado para a investigação criminal e de outras matérias, atento às especificidades desta magistratura, que deve estar representada em todas as jurisdições, nomeadamente, criminal, cível, laboral, administrativa, comercial, marítima, família e menores, fiscal e aduaneira.

Impõe-se, ainda, elevar a qualidade e o desempenho dos nossos quadros, o que passa por incrementar a formação, orientada para a especialização, competência técnica, bem assim melhorar a articulação entre os órgãos do judiciário, as autoridades administrativas e a sociedade, no geral.

Paralelamente, urge a reestruturação do Serviço Nacional de Investigação Criminal, órgão auxiliar das autoridades judiciais, dotando-o de meios técnicos e tecnológicos para torná-lo uma verdadeira entidade científica de investigação, que garanta celeridade, fiabilidade e flexibilidade na recolha de elementos probatórios.

Outrossim, exige-se a adopção de procedimentos mais rigorosos na selecção e recrutamento dos candidatos a membros deste órgão, com a fixação do perfil-tipo de um investigador do SERNIC.

Associado a esta particularidade, temos o desafio de reforçar a cooperação jurídica e judiciária internacional, apostando nos mecanismos informais de cooperação, que se mostrem mais expeditos e eficazes, conforme recomendam as convenções e os organismos internacionais de prevenção e combate à criminalidade organizada e transnacional.

A par destas acções, é imperioso intensificar a transformação, com a digitalização dos serviços do Ministério Público e do seu órgão auxiliar, de modo a tornar a tramitação processual mais célere, segura e acessível.

Neste contexto, a título exemplificativo, destacamos o lançamento do sistema electrónico de declaração de bens(e-D-B), onde as entidades sujeitas à declaração de património têm a faculdade de preencher e depositar a sua declaração no órgão competente a partir de qualquer ponto do mundo.

Está, igualmente, em curso a operacionalização do Sistema de Informação de Suporte às Funções do Ministério Público, denominado (SISMP), com o objectivo de melhorar o desempenho do Ministério Público, através da modernização dos seus processos e procedimentos de trabalho com recurso às ferramentas tecnológicas.

Numa altura em que o mundo se posiciona na utilização da inteligência artificial em diversos domínios, incluindo o judiciário, não podemos continuar a utilizar meios desajustados à realidade tecnológica actual para, por exemplo, tomar as declarações de um sujeito processual; ou, tão-pouco, condicionar a entrada de um expediente na secretaria ou cartório à forma física.

Não podemos descurar que com recurso à inteligência artificial pode-se cometer crimes, traduzidos, por exemplo, na instrumentalização para a prática de terrorismo, raptos, burlas, ofensas à honra e ao bom nome das pessoas, ou mesmo distorção da verdade, o que impõe ao Estado a realização de investimentos em equipamentos e formação contínua de quadros em matéria de tecnologias de informação e comunicação.

Excelências,

Este é para nós um momento de exortação a todos os órgãos do Estado, instituições públicas e privadas e à sociedade em geral, para a promoção da harmonia e reconciliação, independentemente das diferenças que nos opõem, sendo que qualquer direito seja exercido dentro do quadro legal estabelecido no país.

Devemos convergir na busca e promoção da justiça, sempre alicerçada no respeito pelos Direitos do Homem, consagrados em diversos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais de que o nosso país é parte.

Precisamos, enquanto sociedade engajarmo-nos nas acções de promoção da paz, como um dos substractos para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

Distintos Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O sistema de justiça é a espinha dorsal de qualquer democracia, e a Procuradoria-Geral da República, enquanto instituição guardiã da legalidade, carrega a imensa responsabilidade de garantir que todos tenham acesso a uma justiça justa e célere.

Importa, porém, referir que a perseverança na busca pela justiça não é responsabilidade de um único órgão, mas uma tarefa partilhada por todos.

Todos nós, juntos, formamos um ecossistema indispensável para o fortalecimento da justiça, e é através da colaboração, do respeito mútuo e da construção de alianças entre os nossos diferentes papéis que poderemos criar um sistema de administração da justiça que funcione para todos, tempestivamente.

Que cada magistrado, cada servidor do sistema judicial tenha a plena consciência da importância do seu papel na construção de um país mais justo e equitativo, devendo enfrentar os desafios da nova era com coragem, determinação e integridade.

Senhor Presidente da República,

Excelência,

Renovamos, o nosso compromisso com a justiça, não apenas como um dever institucional e/ou apenas um ideal, mas sobretudo como um pacto para a contínua consolidação do poder judicial, um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático, em permanente construção.

Muito obrigado pela atenção dispensada!

Maputo, 04 de Fevereiro de 2025